

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho
O trabalho no século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas
GT 09 – Desigualdad Socioeconomica y Desarrollo

A questão do emprego no Brasil:
desenvolvimento, desigualdades, precariedades

Autor:

Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas

Doutor em Sociologia pela Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines

Professor associado do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política/UFPel

São Paulo, 2 a 5 de julho de 2013

TÍTULO:

A questão do emprego no Brasil: desenvolvimento, desigualdades, precariedades

RESUMO:

Neste trabalho, analisa-se a questão do emprego no Brasil sob o ponto de vista da questão social, discutindo-se a evolução recente do emprego formal e sua importância como mecanismo de integração social. Nestes termos, procura-se identificar em que medida o crescimento recente do emprego formal, ancorado num novo modelo de desenvolvimento que se propõe mais inclusivo, se constitui num suporte efetivo de integração dos trabalhadores e de superação das profundas desigualdades que marcam a história da sociedade brasileira. Para tanto, aborda-se dois aspectos fundamentais. Por um lado, identifica-se a evolução recente da questão social no Brasil e as formas de integração econômica e de proteção social através das políticas sociais e de assistência. Por outro, discute-se como têm evoluído o mercado de trabalho e, particularmente, o emprego formal, identificando-se em que medida a precariedade continua presente nas formas de inserção ocupacional.

1. A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO:

Neste trabalho, pretende-se analisar a dinâmica de crescimento recente do emprego formal no Brasil sob o ponto de vista da questão social. Trata-se de indagar em que medida a retomada do desenvolvimento econômico no período recente vem sendo capaz de produzir a integração da classe trabalhadora e reverter as profundas desigualdades sociais produzidas no passado pelo modelo concentrador de desenvolvimento capitalista.

Nos termos propostos por Castel, *“a questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”* (Castel, 2001, p. 30). O emprego, nestes termos, não se apresenta apenas como uma “questão econômica” que traz à tona a capacidade de um sistema de alocar e distribuir seus recursos e produzir com eficiência. Tal sistema econômico supõe, antes de mais nada, a existência de um sistema social no qual seus membros precisam assegurar a reprodução de suas condições sociais de existência. É neste sentido que a “questão do emprego” torna-se uma “questão social” de primeira grandeza, pois o emprego torna-se, para os trabalhadores, não apenas um meio fundamental de acesso a um rendimento regular e à sua reprodução e bem estar material, mas também a um reconhecimento e a uma identidade sociais. O emprego assegura aos trabalhadores, destituídos de meios de produção, não só uma remuneração pela atividade laboral que realizam, mas a inscrição na vida social, nela ocupando uma posição específica e, freqüentemente, um estatuto reconhecido (Castel, 2009; Paugam, 2000).

No Brasil, a questão do emprego adquire contornos específicos, tendo em vista o processo histórico de formação do capitalismo brasileiro e de suas relações de trabalho. Vale ressaltar duas características fundamentais desse processo histórico.

Primeiramente, a heterogeneidade das formas e relações de trabalho (Dedecca, 2006; Vargas, 2008; Druck, 2011). Neste sentido, a relação salarial - o emprego - não se generalizou como única forma de trabalho, convivendo com outras formas e relações igualmente importantes, tais como o trabalho autônomo individual, o trabalho familiar rural ou urbano, o trabalho doméstico ou ainda as formas de trabalho ligadas a atividades de subsistência. Além de não se generalizar, essa relação salarial nunca se estabilizou nos termos propostos por Castel (2001, 2009) ao referir-se aos países desenvolvidos. Nunca

se teve no Brasil, portanto, uma sociedade salarial plena, mas apenas um restrito assalariamento estável que conviveu com uma forte disseminação de formas salariais instáveis. A relação salarial moderna combinou-se, pois, com um “indigno assalariamento” e com formas marginais e periféricas de trabalho, mais ou menos articuladas com as formas capitalistas de produção.

Outra característica fundamental do trabalho e das relações de trabalho no Brasil é seu elevado grau de desigualdades sociais. Estas se refletiram tanto no modelo autoritário de relações de classe e da relação entre capital e trabalho, denominado por Dedecca (2009) de regulação despótica - utilizando os termos de Burawoy (1990) - como nas clivagens internas à própria classe trabalhadora em termos de classe, gênero, etnia e geração. Essas desigualdades sociais se expressaram pelo elevado grau de pobreza e pela exclusão no acesso às formas modernas e protegidas de trabalho e relações de trabalho, pelo acesso restrito à formação escolar e profissional, bem como ao conjunto de direitos sociais e aos serviços e equipamentos públicos.

Além da velha precariedade estrutural do trabalho, e das desigualdades que a acompanham, é preciso levar em consideração, ainda, para compreender a questão do emprego no Brasil, o novo processo de precarização do trabalho observado a partir dos anos noventa. Esse período é marcado no Brasil pelo avanço das políticas econômicas neoliberais, por uma ampla reforma do estado brasileiro na tentativa de integrar o país no processo de globalização econômica e de flexibilizar e modernizar sua estrutura produtiva. O efeito dessas políticas foi um amplo processo de desestruturação da indústria nacional e do mercado de trabalho formal, o que resultou num forte incremento do desemprego e das formas de trabalho informais, assalariadas ou não (Pochmann, 2001, 2008; Antunes, 2006; Vargas, 2008; Druck, 2011).

Nos anos 2000, observa-se a uma importante inflexão na política econômica tendo em vista uma nova concepção que visava recuperar a capacidade do Estado brasileiro de regular a economia, de distribuir a riqueza e de superar suas desigualdades. Tendo em vista a estabilização econômica conquistada e um cenário internacional favorável, a nova política econômica logrou uma retomada do crescimento econômico que, articulado com uma elevação do poder real do salário mínimo e de uma política social mais agressiva de assistência e distribuição de renda, provoca uma expansão do mercado interno e do consumo de massa. Do ponto de vista do mercado de trabalho, o resultado desse processo foi um forte crescimento do emprego formal e uma importante

redução do desemprego e da informalidade do trabalho. As políticas de renda mínima, por outro lado, estiveram na base de uma forte redução da pobreza e de inclusão de vastas parcelas da população no consumo de massa (Barros, 2009).

É a partir desse cenário que a questão do emprego está sendo proposta neste trabalho. Indaga-se, portanto, em que medida esse novo modelo de desenvolvimento recente com crescimento do emprego formal é capaz de gerar um processo efetivo de integração da classe trabalhadora ao desenvolvimento nacional. Quais são as características desse emprego formal que vem sendo gerado? Em que medida ele é afetado pela precariedade? Além disso, indaga-se, ainda, qual é o peso e o papel das políticas sociais e de assistência no processo de integração da população brasileira historicamente excluída do mercado de trabalho formal e do acesso ao bem estar material. É a partir da análise desses diferentes aspectos que envolvem o acesso à renda e ao bem estar social que se poderá fazer um balanço da questão do emprego como questão social, identificando-se o modelo de integração vigente da classe trabalhadora brasileira.

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO:

Metodologicamente, este trabalho se apoiará na análise da evolução de um conjunto de indicadores estatísticos ao longo da década de 2000. A análise será desdobrada em dois âmbitos principais. Primeiramente, trata-se de dimensionar o alcance da questão social no Brasil. Para tanto, identifica-se, inicialmente, como tem se apresentado o crescimento econômico do país, bem como a evolução do problema da pobreza e do papel das políticas de integração econômica através da renda mínima. Procura-se avaliar, em última análise, como tem se configurado o problema das desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Num segundo momento, pretende-se analisar a evolução de alguns indicadores de mercado de trabalho (desemprego, proteção previdenciária da população ocupada, formas precárias de inserção ocupacional) e, particularmente, dos indicadores de emprego formal da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se, esta, de uma importante base de informações sobre o mercado de trabalho organizado no Brasil, prestando-se, por isso, para avaliar em termos quantitativos e qualitativos o modelo de integração da classe trabalhadora brasileira ao desenvolvimento nacional. Vale ressaltar que se trata de uma fonte administrativa e que os dados dão uma

boa dimensão da evolução do mercado de trabalho urbano, o mesmo não acontecendo com o trabalho no meio rural, muito afetado pela informalidade.

3. ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES:

Nos últimos anos¹, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 4,44%, apesar da crise de 2008 que reduziu o crescimento do PIB de 2009 para -0,6%.² No ano seguinte, em 2010, o PIB voltou a crescer a uma taxa de 7,5%. Se comparado ao desempenho dos períodos anteriores, observa-se uma importante inflexão na economia brasileira. Nos anos noventa, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 2,6%. Ao longo de toda a década de 2000, essa média sobe para 3,6%. Este desempenho, no entanto, só não foi mais alto em função tanto dos efeitos da crise de 2008 como em razão de um início de década marcado pela incerteza. Entre 2001 e 2003, a taxa média anual de crescimento econômico atingiu apenas 1,7%. Vale ressaltar, ainda, que, em 2011, essa taxa foi de apenas 2,7%, o que revela uma importante redução do ritmo de crescimento econômico no período recente, dados os efeitos da crise internacional.

Os dados sobre a evolução recente da pobreza e da extrema pobreza no Brasil mostram um quadro bastante positivo. Segundo o IPEA, entre 1995 e 2003, a pobreza e a extrema pobreza se mantiveram em níveis relativamente estáveis (Barros, 2009). É a partir de 2003 que se observa uma importante redução de suas taxas. Em 2003, a população pobre constituía 39,4% da população brasileira, essa taxa caindo para 25,3%, em 2008. Ainda segundo o IPEA, a extrema pobreza era de 17,5%, em 2003, caindo para 8,8%, em 2008. Tanto o crescimento econômico, o aumento do valor real do salário mínimo³ como a redução das desigualdades através dos programas de renda mínima parecem ter contribuído significativamente para a redução da pobreza, o que coloca em evidência o papel estratégico do Estado no enfrentamento da questão social.

Apesar disso, o papel do trabalho e do emprego no enfrentamento dessa questão parece enfrentar limites e apresentar ambigüidades. Alguns diagnósticos dos programas de transferência de renda revelam que 70% dos adultos beneficiados por esses programas trabalhavam. Isto é, ao sugerirem que esses programas não desestimulam as pessoas assistidas a trabalharem, o que seria um aspecto positivo, esses diagnósticos revelam,

¹ Mais precisamente, de 2004 a 2010.

² De 2004 a 2008, a taxa anual média de crescimento do PIB brasileiro atingiu 4,84%. Em 2011, a taxa de crescimento do PIB foi de 2,7%, o que revela uma importante redução do ritmo de crescimento econômico.

³ Segundo o DIEESE (2010), entre 2002 e 2010 houve um aumento real do salário mínimo de 53,7%.

contraditoriamente, que a pobreza anda junta com o trabalho. Esse fenômeno é o que se tem chamado comumente de “pobreza laboriosa”. Evidencia-se, pois, uma dimensão crucial da questão social no Brasil que remete à questão do trabalho e do emprego, mais especificamente ao problema de sua “precariedade”. Os dados referentes aos programas sociais revelam, por exemplo, que 34% dos ocupados beneficiados por esses programas tinham uma atividade formal, o que leva-nos a interrogar profundamente a qualidade da ocupação, em geral, e do emprego formal, em particular, no Brasil.

Neste sentido, propõe-se que a questão do emprego no Brasil seja considerada a partir de três dimensões distintas, a partir das quais se coloca o problema da integração da classe trabalhadora ao desenvolvimento nacional. As três dimensões da questão do emprego são: a) a questão do desemprego; b) a questão da precariedade do trabalho, em geral, e c) a questão da precariedade do emprego formal, em particular.

a) A questão do desemprego. Apesar da redução do desemprego nos últimos anos, os últimos dados disponíveis revelam-se preocupantes. Segundo os Censos demográficos do IBGE, em 2000, a taxa de desemprego era de 15,3%, caindo para 7,7% em 2010. Trata-se de uma importante redução do desemprego no país, mas suas taxas ainda continuam elevadas, pois contam-se, ainda, mais de sete milhões de desempregados no último Censo. Nas grandes regiões metropolitanas essas taxas têm sido mais baixas, o que revela mais uma vez uma importante concentração do crescimento econômico e dos empregos nas regiões mais urbanizadas e desenvolvidas, em detrimento das áreas rurais e das pequenas e médias cidades. Vale ressaltar, ainda, que essas taxas é o que se convencionou chamar de “desemprego aberto” medido segundo os critérios propostos pela Organização Internacional do Trabalho e pouco sensíveis ao denominado desemprego oculto, segundo proposta metodológica do DIEESE (Vargas, 2008).

b) A questão da precariedade do trabalho. Apesar de uma importante redução da informalidade nos últimos anos, ela ainda continua bastante elevada, alimentando formas e estratégias individuais e privadas de subsistência e de proteção. Segundo o IBGE, para o ano de 2009, eram contabilizados mais de 43 milhões de trabalhadores vivendo às margens do sistema público de proteção social e dos direitos trabalhistas, o que representava 46,7% da população ocupada naquele ano. Houve uma importante redução relativa desse contingente desde 2002, quando eles representavam 55% do total dos ocupados. A evolução foi extremamente positiva, mas o passivo continua enorme. Outros indicadores serão analisados a esse respeito, sobretudo no que diz respeito a participação

das categorias de trabalhadores mais afetados pela precariedade (trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos, etc.).

c) a questão da precariedade do emprego assalariado formal. Na última década, o crescimento do emprego formal no Brasil foi impressionante. Desde 2002, foram criados mais de 15 milhões de postos de trabalho protegidos, segundo a RAIS/MTE. Segundo os dados do último censo, a participação do emprego formal na estrutura ocupacional aumentou durante a última década, passando de 42,1%, em 2000, para 50,2%, em 2010. O emprego informal, por sua vez, reduziu sua importância, passando de 24,5%, em 2000, para 18,1% em 2010. Pretende-se analisar a qualidade desses empregos formais, identificando alguns indicadores de precariedade como rendimento, rotatividade no trabalho e duração do emprego.

4. BIBLIOGRAFIA:

- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARROS, Ricardo. *Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade*. IPEA, Brasília, setembro de 2009.
- BURAWOY, Michael. *A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado*. RBCS nº 13, ANPOCS, jun. 1990.
- CASTEL, Robert. *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CATTANI, Antonio & HOLZMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.
- DEDECCA, Cláudio. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira. *Colóquio Internacional "Novas formas do trabalho e do desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada"*. São Paulo, 11 e 12 de setembro de 2006.
- DEDECCA, Cláudio. In: GUIMARÃES, N., HIRATA, H. e SUGITA, K. (Org.). *Trabalho flexível, empregos precários?* São Paulo, Edusp, 2009. p..
- DIEESE. Mercado de Trabalho no Brasil: Evolução Recente e Desafios. 2010. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafiosApresentacao2010.pdf>. Acesso em 9 de março de 2012.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). *Trabalho, precarização e resistências. Caderno CRH*, Salvador, nº spe 01, v. 24, p.35-55, 2011.
- DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Org.). *A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GUIMARÃES, Nadya. *Desemprego, uma construção social*. São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 56, 2000.

PAUGAM, Serge. *Le salarié de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: PUF, 2000.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2001.

_____. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo, Boitempo, 2008.

VARGAS, Francisco E.B. *Formas e experiências de privação de trabalho no Brasil. A construção social do desemprego na perspectiva de uma sociologia das relações sociais*.

Tese de doutorado em sociologia. Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines, Paris, 27 de novembro de 2008. Disponível em:

<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/publicacoes/tese-de-doutorado/>